

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 58ª Reunião Ordinária - 12/08 /2011 - 09h00min

Sindicato Rural de Rio Claro – Rio Claro – SP

1 **1. Pauta de Convocação:** A pauta e a convocação
2 da reunião foram encaminhadas em 05/08/2011 a
3 todos os membros da Câmara Técnica, por meio de
4 mensagem eletrônica transmitida por seu
5 coordenador João Primo Baraldi.

6 **2. Abertura:** A abertura da reunião foi feita pelo
7 Coordenador João Baraldi que após dar boas
8 vindas aos presentes, passou a palavra para Sr.
9 João Schmidt, presidente do Sindicato Rural de Rio
10 Claro, que enfatizou a importância da participação
11 ativa dos agricultores nas discussões da CT-
12 RURAL.

13 **3. Informes:**

14 Logo após a abertura da reunião os participantes se
15 apresentaram, dizendo seus nomes e instituições
16 que representam.

17 Em seguida foram feitas, a pedido dos interessados,
18 a atualizações dos seguintes endereços eletrônicos:
19 mmagossi@cetesbnet.sp.gov.br e
20 magossi@yahoo.com.br. (Sr. Maurício/CETESB
21 solicitou que sejam encaminhadas a ele todas as
22 informações e documentos referentes aos GTs
23 PSA, Projetos e Legislação). Também foi solicitada
24 a Inclusão dos e-mails de
25 mariela@hc2gestaoambiental.com.br (Mariela
26 Eltink, representante suplente das Cooperativas
27 Holambra) e da ambiental@cana.com.br (Sr.
28 Gustavo do SR de Piracicaba).

29 Foi encaminhado ofício à coordenação da CT-
30 RURAL para substituir os representantes da
31 SANASA. O Sr. Baraldi ficou de verificar os
32 representantes anteriormente indicados, pois na
33 lista de presença a alteração solicitada ainda não
34 havia sido feita.

35 A Sra. Dea da PM de Campinas solicitou que se
36 façam constar nas ATAs das reuniões do CT-
37 RURAL os nomes e instituições dos membros
38 quando estes se pronunciarem.

39
40 A Sra. Isabel do IAC informou que a reunião do GT
41 PSA será no dia 19 de agosto no IAC, às 09h00.

42
43 O Sr. Brasi comentou que já encaminhou sua
44 proposta sobre o abatimento em projetos que se
45 utilizam de financiamentos com recursos da
46 cobrança do uso da água no meio rural e que o
47 estudo se encontra com o Sr. André, secretário
48 executivo adjunto do Comitê PCJ, que por
49 deliberação deverá remetê-la a todos os membros
50 da CT-RURAL para apreciação, lembrando que o
51 prazo definitivo para o posicionamento da CT se
52 encerra no final de setembro. Destaque-se ainda

53 que tal deliberação deverá ser emanada
54 conjuntamente com a CT-RN.

55 O Sr. Brasi comentou que as sugestões sobre o
56 Regimento Interno enviadas pelos membros da CT-
57 RURAL foram acolhidas pela coordenação e
58 inseridas no documento, o qual foi novamente
59 remetido para a apreciação dos mesmos. O Prof.
60 Reinaldo comentou que as propostas referentes ao
61 Regimento Interno precisam ser analisadas e
62 aprovadas na próxima reunião da CT-RURAL. Ficou
63 decidido, então, que todas as correções e
64 contribuições sobre o Regimento Interno sejam
65 enviadas para Sra. Renata e para o Sr. Baraldi.

66 Logo após os informes foram aprovadas as 56ª e
67 57ª ATAS das reuniões da CT-RURAL.

68 **4. Participação da CT-RURAL:** O Sr. João Baraldi
69 comentou a importância do produtor rural participar
70 das reuniões e decisões dos Comitês das Bacias
71 PCJ, pois infelizmente a área agrícola participa
72 pouco de fóruns e encontros dessa natureza.
73 Sugere que a melhor forma de aumentar a
74 participação dos agricultores é tomando
75 conhecimento de suas reais necessidades e
76 fazendo com que façam parte de espaços que
77 tratam de assuntos relacionados aos interesses e
78 necessidades do meio rural.

79
80 O Sr. Brasi enfatizou que, enquanto a CT-RURAL
81 não tiver representatividade nas outras câmaras
82 técnicas, suas propostas não terão força política no
83 Comitê de Bacias do PCJ. Comentou que há
84 necessidade dos membros da CT-RURAL
85 participarem do grupo de trabalho de outorgas e
86 licenças para o uso de água no meio rural. Propôs
87 ainda que seja constituído um grupo de trabalho
88 sobre outorga, licenças e cobrança de água no
89 âmbito da CT-RURAL. Para exemplificar a
90 importância de tal iniciativa comentou que em uma
91 reunião na ALESP sobre outorgas, licenças e
92 cobrança de água no meio rural os agricultores não
93 sabiam com propriedade o que solicitar do
94 Deputado Estadual Hélio Nishimoto, que foi
95 convidado para servir de interlocutor político dos
96 agricultores junto às secretarias estaduais e outros
97 órgãos governamentais afetos a essa problemática.
98 Comentou ainda que a reunião realizada no
99 Sindicato Rural de Bragança Paulista sobre outorga
100 e licença de água foi um sucesso.

101 Sr. Baraldi argumentou dizendo que já existe uma
102 câmara técnica específica que trata de questões
103 relacionadas à outorga de água e que a formação
104 de um novo um grupo de trabalho no âmbito da CT-



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 58ª Reunião Ordinária - 12/08 /2011 - 09h00min

Sindicato Rural de Rio Claro – Rio Claro – SP

105 RURAL traria muita responsabilidade para a
106 Câmara. Porém enfatizou a importância da
107 participação ativa dos membros da CT-RURAL em
108 outras câmaras técnicas com foco no uso e
109 conservação de água no meio rural. O Sr. Baraldi
110 comentou que a CT-RURAL possui 12 reuniões ao
111 ano e que a metade delas poderia ser direcionada
112 para a realização de palestras agendadas aos
113 sábados para que os agricultores possam participar
114 e, estando mais informados, possam enviar suas
115 propostas para as demais câmaras técnicas.

116 Sr. Brasi comentou que há a necessidade de serem
117 apresentadas propostas sólidas e bem
118 fundamentadas para serem encaminhadas à CT-
119 Plano de Bacias, a qual possui um grupo de
120 trabalho que trata com exclusividade da cobrança
121 de água. Enfatizou ainda a importância de se
122 promover um encontro entre todas as câmaras
123 técnicas afetas/afins ao meio rural para discutirem
124 questões de interesse dos agricultores e para evitar
125 que a CT-RURAL aceite “goela abaixo” as
126 decisões/deliberações tomadas em outros fóruns e
127 câmaras técnicas.

128 O Sr. João do SR de Bragança Paulista comentou
129 que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e
130 Secretaria Estadual de Agricultura pretendem fazer
131 um termo de outorga similar ao que foi criado para a
132 declaração de conformidade das propriedades
133 rurais. Enfatizou que participação dos agricultores
134 nestas discussões é extremamente necessária e,
135 por isso, deve ser feito um trabalho de base com
136 eles, a exemplo da reunião promovida em conjunto
137 com o Banco do Brasil em Bragança Paulista. Disse
138 ainda que eventos dessa natureza podem ser feitos
139 em qualquer Casa de Agricultura.

140 O Sr. Brasi informou que o grupo técnico que trata
141 da cobrança da água discute questões relativas à
142 zona urbana e rural e que o mesmo está
143 aguardando o posicionamento da CT-RURAL com
144 relação à área rural. Nesse sentido, a CT-RURAL
145 deve apresentar projetos compatíveis com o Plano
146 de Bacias. Os projetos discutidos no âmbito da CT-
147 RURAL deverão ser encaminhados para CT-PL que
148 os analisará. O Sr. Brasi comentou que a CT-
149 RURAL não poderá se omitir e por isso deverá
150 apresentar documentos com contribuições
151 consistentes. Na reunião de coordenadores
152 realizada em Piracicaba houve orientações
153 importantes relacionadas ao conteúdo e formato dos
154 projetos que deverão ser elaborados em cada GT
155 que deverão ser posteriormente encaminhados para
156 a Secretaria Executiva do Comitê de Bacias do PCJ.

157 **5. Planos de trabalho:** O Sr. Baraldi chamou
158 atenção para que os Grupos de Trabalho venham
159 se reunir para elaborar os planos de
160 atividades/ações e seus produtos para o período
161 agosto de 2011 a julho de 2012, pois o prazo de
162 entrega dos mesmos é dia 31 de agosto. A Sra.
163 Isabela do IAC comentou que os planos de trabalho
164 devem ser objetivos e claros para facilitar a
165 compreensão dos mesmos no momento de sua
166 análise e aprovação.

167 Sr. Brasi lembrou que o GT- Projetos deverá
168 analisar os projetos encaminhados ao CT-RURAL
169 que, por sua vez, os encaminhará para a Secretaria
170 Executiva dos Comitês de Bacias. Comentou ainda
171 que todas as atividades possuem custos e que
172 somente aquelas que estiverem inseridas no Plano
173 de Bacias serão apoiadas/financiadas.

174 A Sr. Dea da PM de Campinas comentou que,
175 assim como existe plano diretor de um município
176 existe um plano de trabalho da Bacia do PCJ.
177 Segundo ela, nossa preocupação deve estar voltada
178 para a elaboração de políticas públicas e estratégias
179 no âmbito da CT-RURAL em sintonia com o plano
180 de trabalho da Bacia. Temos que continuar
181 reforçando a nossa credibilidade junto às outras
182 câmaras técnicas e colocar as nossas
183 manifestações sobre outorga e outros assuntos
184 nestes espaços de discussão e deliberação.

185 A Sra. Débora da SABESP propôs a formação de
186 um grupo específico composto pelos sindicatos,
187 associações e CATI que deverá viabilizar suas
188 ações/necessidades junto às câmaras técnicas.
189 Propôs ainda que o grupo fosse coordenado pelo
190 Sr. João Baraldi. A proposta é que os GTs dêem
191 suporte técnico ao grupo, cuja missão é mobilizar,
192 organizar e articular os agricultores de cada região.
193 O Prof. Reinaldo disse que tem receio de criar mais
194 um grupo. Comentou que muitas vezes o que
195 estamos precisando é de uma estratégia de
196 educação ambiental para esclarecer, informar e
197 formar os agricultores. Porque não trabalhar junto
198 com a CT EA? Temos que nos aproximar dos
199 grupos existentes. É preciso que as informações
200 cheguem aos agricultores.

201 O Sr. João, do SR de Bragança, comentou que os
202 agricultores têm que “enxergar” o PSA como
203 oportunidade de negócio, e esse deve ser foco para
204 mobilizar os agricultores. Comentou ainda que
205 pesquisa realizada apontou que 12% dos
206 agricultores consideram o Comitê de Bacia PCJ
207 prioridade na região de Bragança e 48% sabiam ou
208 ouviram dizer sobre o Projeto de PSA.



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 58ª Reunião Ordinária - 12/08 /2011 - 09h00min

Sindicato Rural de Rio Claro – Rio Claro – SP

209 A Sra. Mariela da Cooperativa Holambra disse que
210 muitos agricultores não têm acesso à informação.
211 Portanto, é preciso levar as informações sobre
212 diversos assuntos relacionados ao meio rural,
213 especialmente aqueles do dia-a-dia como, por
214 exemplo, o saneamento básico. Não podemos
215 defender os interesses dos agricultores sem
216 conhecer de fato suas necessidades.

217 O Sr. Jorge Belix, da ONG Associação Mata Ciliar,
218 disse que existem muitas dificuldades para que as
219 informações cheguem aos agricultores. Comentou
220 que os agricultores comparecem às reuniões desde
221 que tenham assuntos de seu interesse, como
222 questões legais relacionadas à outorga de água
223 para financiamento e termo de conformidade de
224 suas propriedades. Enfatizou que é necessário
225 trabalhar fortemente as responsabilidades e
226 necessidades dos agricultores através dos
227 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural,
228 dos Sindicatos Rurais, da Casa de Agricultura e
229 também através das prefeituras.

230 O Sr. Baraldi comentou que há três anos atrás foi
231 feita uma reunião no SR Rio Claro sobre a cobrança
232 de água no meio rural, em que o PCJ expediu
233 convite às pessoas que tinham outorga da água. A
234 reunião foi um sucesso. Mais de oitenta produtores
235 rurais estiveram presentes, além das autoridades do
236 PCJ da época, vários sindicatos rurais da região e
237 outras entidades. Comentou que é fundamental
238 planejar uma boa estratégia para a mobilização.
239 Além disso, enfatizou a importância de ter sempre
240 ao lado da CT-RURAL o PCJ, convidando pessoas
241 de sua diretoria e da Agência de Águas para
242 participarem de eventos promovidos pela Câmara.

243 Sr. Brasi ressaltou que os GTs tratam de questões
244 distintas, exemplificando as diferenças entre o GT
245 PSA e GT GA, embora haja complementaridade
246 entre eles. É preciso, então, definir de forma
247 detalhada as ações/atividades de cada GT no
248 âmbito da CT-RURAL. Temos que ter uma posição
249 clara e decisiva para influenciar o CT Outorga e
250 Licenças. As outras câmaras não têm noção das
251 necessidades dos agricultores; precisamos, então,
252 mostrar de forma técnica e política quais são seus
253 interesses e projetos. Alguns temas são
254 fundamentais, como PSA, outorgas e licenças e
255 cadastramento dos agricultores. Não podemos
256 esquecer que a CT-RURAL representa os
257 agricultores no Comitê de Bacias do PCJ e, por
258 isso, temos que defender seus interesses.

259 A Sra. Isabela do IAC ressaltou que o importante é
260 interferir de forma decisiva nas políticas públicas e

261 para isso, precisamos conciliar os conteúdos e
262 projetos voltados para o meio rural com as
263 atividades de mobilização dos agricultores.

264 O Sr. Brasi comentou que os agricultores querem
265 ter conhecimento sobre os deveres, obrigações e
266 benefícios das políticas públicas. Cita o exemplo da
267 outorga onde destaca que todo agricultor que é
268 isento de pagamento não tem direito à
269 financiamento, enquanto que a seu ver deveria ter,
270 pois trata-se de questão de igualdade.

271 Destaca ainda que os produtores rurais não são
272 contrários ao pagamento pelo uso da água e à
273 legislação ambiental, e informa que os problemas
274 para sua implantação devem ser exaustivamente
275 debatidos, evitando-se, assim, que nenhuma
276 produção agrícola seja inviabilizada. No meio rural
277 as dificuldades são imensas para acesso à água,
278 desde a implantação e instalação de equipamentos
279 de irrigação até outras despesas decorrentes da
280 atividade. E tudo isso corre por conta do produtor
281 rural.

282 O Sr. Baraldi comenta que ao solicitar a outorga os
283 agricultores ficam obrigados a atender a legislação
284 ambiental. Pelo que se sabe por meio dos veículos
285 de comunicação, estima-se que para uma área de
286 20 alqueires, o custo para obtenção da outorga de
287 água é de aproximadamente R\$30.000,00 (trinta mil
288 reais). Tudo isso é necessário para o agricultor
289 efetuar o pagamento da água no valor de R\$0,01
290 por m³. O Sr. Baraldi comentou ainda que, em
291 reunião no ano passado junto ao GT- Cobrança da
292 Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foi apontado
293 que é necessário definir o que é micro e pequeno
294 produtor rural para fins de isenções de cobrança da
295 água. Essa discriminação também auxiliará o
296 fornecimento de informações a serem prestadas
297 para o Projeto de Lei da cobrança da água. Foi
298 proposto que proprietários de áreas de até quatro
299 módulos fiscais fossem isentos de pagamentos.
300 Pleiteamos essa isenção que foi acatada e isso foi
301 conquista nossa. Isso aliviará o fardo dos micros e
302 pequenos produtores rurais com taxas e
303 pagamentos.

304 A coordenação da CT-RURAL organizou a
305 indicação de coordenadores para elaboração dos
306 planos de atividades/ações a serem desenvolvidos
307 pela CT- RURAL. Os coordenadores são: PSA
308 (Isabela/IAC); Saneamento Rural (Jorge Belix/ONG
309 Mata Ciliar); Outorga & Licenças de Água (Oswaldo
310 Baroni); informações aos agricultores (Denis/CATI
311 e João Carlos/SR Bragança Paulista); Cadastro
312 (Brasi).

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 58ª Reunião Ordinária - 12/08 /2011 - 09h00min

Sindicato Rural de Rio Claro – Rio Claro – SP

313 O Sr. Brasi alertou que até o dia 20 de agosto as
314 atividades da CT - RURAL devem ser elaboradas e
315 enviadas para a coordenação para serem
316 sistematizadas. Dia 25 de agosto na CATI
317 Campinas, às 09h00, a coordenação da CT- RURAL
318 e os coordenadores de cada grupo farão uma
319 análise de todas as propostas de ações para
320 outorga, PSA, mobilização etc para serem enviadas
321 à CT-PB.

322 Formação da equipe para elaborar o plano de
323 atividades:

324 Saneamento Rural – Jorge Belix (coord).
325 Participantes: Rogério/Atibaia e Denis/CATI, Denis
326 Roston, Celso Augustinho e Prof. Reinaldo. Acertam
327 o dia internamente para elaborarem o plano de
328 atividades.

329 Outorga e licenças - Baroni (coord). Participantes:
330 Brasi, Mariela/Holambra; Baraldi, Dr. Nilton Picin;
331 Dr. Luis Fernando Binda e Petrus/Holambra

332 PSA: O grupo PSA se reunirá no dia 19 de agosto
333 para definir as atividades.

334 Cadastramento - Brasi (coord). Participantes:
335 Dea/PM Campinas; Deborah/SABESP; Isabela/IAC;
336 Denis/CATI, Maurício/Rotary São Pedro.

337 Mobilização/comunicação – Denis (ccord.).

338 Participantes: Baraldi, Isabel Fialho/DAE Jundiá,
339 Brasi, João Carlos/SR de Bragança Paulista.

340 O Sr. Brasi lembrou que o GT legislação e o GT
341 Projetos serão mobilizados pela demanda. O Papel
342 do GT Projetos é analisar as atividades e, por isso,
343 estarão presentes no dia 25/08 na CATI Campinas.

344 **6. Informes e Considerações Finais:** O Sr. Baraldi
345 lembrou que foi marcada a visita nas propriedades
346 nos municípios de Nazaré Paulista e Joanópolis
347 para o dia 06 de setembro, mas está na
348 dependência da confirmação dos técnicos que
349 participam do Projeto Piloto Produtor de Água /PSA
350 – PCJ/SP.

351 O Sr. Ricardo da TNC comentou sobre a proposta
352 para prorrogar o Projeto de PSA “Produtor de
353 Água/PCJ”, em Joanópolis e Nazaré Paulista, que
354 fora aceito por unanimidade em reunião realizada
355 anteriormente com o GT-Acompanhamento. Posto
356 para consideração pela CT-Rural, a prorrogação foi
357 novamente aceita por unanimidade. O Projeto,
358 dentre outros objetivos, visa à conservação dos
359 recursos hídricos por meio do PSA a agricultores
360 que conservam fragmentos florestais, implantam
361 práticas de conservação de solo e restauram
362 florestas em APP e inclui uma série de parceiros. O
363 projeto começou em 2009, sendo que em 2011
364 foram feitos os primeiros pagamentos aos

365 agricultores (recursos disponíveis de 400 mil reais
366 para pagamento). Com a prorrogação, o prazo para
367 comprometimento do orçamento e entrada dos
368 agricultores será estendido de novembro de 2011
369 para até novembro de 2012, e a previsão de
370 finalização do projeto e do PSA passa para 2015.

371 O Sr. Baraldi informou que em reunião do Grupo de
372 Acompanhamento realizada em Piracicaba no dia
373 13 de julho foi aprovada a prorrogação do Projeto
374 para até ano 2012 e submeteu a referida matéria
375 “ad referendum”, sendo aprovada por unanimidade.

376 A coordenação colocou em aprovação os novos
377 integrantes da ESALQ e do Rotary Club
378 Internacional, os quais foram aprovados por todos
379 os membros da CT-RURAL.

380 Finalizando a reunião, o Sr. Baraldi agradece a
381 participação de todos e expressa satisfação pelos
382 membros, após suas manifestações, atingirem
383 consenso nos temas discutidos. Nada mais havendo
384 a tratar, o Sr. João Baraldi encerrou a reunião e eu,
385 Renata Freire lavrei a presente em seu pleno teor.

386
387 Rio Claro, 12 de agosto de 2011

388
389 João Primo Baraldi
390 Coordenador

391
392
393
394 Luiz A,C,S,Brasi
395 Coordenador Adjunto

396
397
398 Renata Freire
399 Secretaria